



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE CATADORES(AS): AÇÕES DE REFLEXÃO, CAPACITAÇÃO E PROVOCAÇÃO DE GESTORES(AS) PÚBLICOS(AS) PARA GARANTIA DE DIREITOS VOLTADOS À CATEGORIA.

Mary Help Ibiapina Alves¹
Franciele da Silva Santos²

Resumo: Trata-se de uma sistematização do trabalho profissional voltado à efetivação da política pública de inclusão social e econômicas de catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis na Paraíba, entre 2013 e 2017. Com abordagem qualitativa e caráter crítico-dialético, demonstra-se como a atuação pautada no Projeto Ético Político do Serviço Social pode provocar a efetivação de direitos.

Palavras-chave: Inclusão social e econômica de catadores/as; políticas públicas; Gestão de Resíduos Sólidos.

Abstract: It is a systematization of the professional work focused on the effectiveness of the public policy of social and economic inclusion of waste pickers in Paraíba between 2013 and 2017. With a qualitative approach and a critical-dialectic character, to demonstrate the performance based on the social work Political Ethical Project of can lead the realization of rights.

Keywords: Social and economic inclusion of waste pickers; public policy; Solid waste management.

Introdução

O presente artigo visa apresentar, em formato de relato de experiência, alguns aspectos relativos à atuação profissional do(a) assistente social voltados à concretização de direitos recentes da categoria de catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis.

A referida experiência foi desenvolvida através da execução de um convênio entre uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, denominada Centro de Ação Cultural (CENTRAC), e o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no período de 2013 a 2017.

¹ Profissional de Serviço Social. MH Assessoria e Consultoria. E-mail: <maryalves.work@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Residência Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde da Família Jaboatão dos Guararapes-PE. E-mail: <maryalves.work@gmail.com>.

A argumentação inicial que provoca a escrita desse artigo é baseada no entendimento de que a atuação profissional baseada no Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social pode provocar situações que promovam a efetivação de direitos dos(as) catadores(as), conforme preconiza a Política Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010. Neste sentido, para este entendimento, nos apoiamos na concepção de Guerra (2015) ao afirmar que

O PEP tem por fundamento a crítica à sociedade burguesa e da sua sociabilidade. É nessa sociabilidade que nós, assistente sociais, nos forjamos e nos formamos enquanto seres sociais e profissionais, sob o julgo dos seus valores, ideias, concepções, não apenas nos apropriando deles, mas sendo apropriados, apossados por eles, pela sua lógica, pelos seus princípios que se expressam nas instituições jurídicas e políticas desta sociedade. É por isso que defendo o argumento de que **um projeto profissional crítico**, no seu âmbito de realização, **deve proporcionar os elementos para a crítica da sociabilidade burguesa** e deter o potencial de *apontar a direção, dar o norte* de uma prática profissional crítica, autônoma e competente técnica, teórica e politicamente (Grifos da autora) (p. 52).

A PNRS adota como um dos seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010, p. 4). Tal indicação é um dos aspectos fundamentais para ações voltadas para a inserção dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis no rol das políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos, pois estabelece um caráter social e econômico para os resíduos recicláveis e reutilizáveis.

A experiência realizada no período supracitado é resultado de uma política pública federal lançada em 2010, com vistas a destinar recursos necessários à criação de arranjos que garantissem a efetivação da inclusão dos(as) catadores(as) na gestão municipal dos resíduos sólidos. O eixo fundante dessa política foi o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que criou o Programa Pró-catador

com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (BRASIL, 2010).

Em 2011, o governo federal destinou recursos por meio de chamada pública para que Universidades, Organizações sem fins lucrativos, municípios e estados concorressem com propostas de ações voltadas para a formação, assistência técnica, estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, que tivessem como público alvo a atuação dos(as) catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Neste sentido, a experiência relatada no presente artigo se faz necessária em um contexto contemporâneo de retração de investimentos públicos em ações voltadas para ruptura de negações históricas de direitos.

A metodologia adotada compreende a sistematização como uma “interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

Sistematização da experiência: o trabalho do(a) assistente social frente às ações de inclusão social e econômica de catadores(as).

O debate em torno das formas mais sustentáveis de gestão de resíduos sólidos permeia a cena pública brasileira desde a década de 1980. Os impactos do descarte inadequado nas ruas das grandes cidades, os lixões a céu aberto e os reflexos sociais das condições de vida e trabalho dos(as) catadores(as) que atuavam (e atuam) nesses espaços impulsionam questões sobre o meio ambiente, o crescimento e o impacto do lixo produzido na sociedade, além do desemprego estrutural e da precarização das relações de trabalho (LIMA, 2015).

Nesse cenário, a reciclagem de materiais descartados ganha destaque pela sua condição de diminuição do investimento destinado à extração de matérias primas (LIMA, 2015). Além disso, a condição de vida e trabalho dos(as) catadores(as) toma forma central na implementação de políticas de gestão de resíduos sólidos, sob o enfoque da inclusão social e econômica desses(as) trabalhadores(as) através dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

É sabido que o trabalho realizado pelos(as) catadores(as) é fundamental para a indústria da reciclagem, pois esses(as) trabalhadores(as) são responsáveis por 90% do material reintroduzido na cadeia da reciclagem no Brasil (IPEA, 2016).

No entanto, apesar da importância do trabalho que realizam, já que são responsáveis pelo aproveitamento de inúmeras toneladas de resíduos sólidos que degradariam o meio ambiente por séculos, os(as) catadores(as), em sua maioria, não alcançam um salário mínimo com o trabalho realizado, pois estão

suscetíveis a baixas condições de negociação com os empresários do setor da reciclagem.

Diante disso, a partir da incidência do Movimento Nacional de Catadores(as) de Recicláveis (MNCR) no processo de elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, foram incorporados, nessa normativa legal, mecanismos que visam incluir os empreendimentos econômicos de catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos (LEITE, WIRTH, CHERFEM, 2015). Dentre os mecanismos com vistas a proporcionar a inclusão dos(as) catadores(as), estão as seguintes: a implantação da coleta seletiva nos municípios, priorizando a contratação de empreendimento de catadores(as); o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores(as); eliminação e recuperação de lixões associada à inclusão e emancipação econômica de catadores(as); e programas e ações previstas nos Planos Municipais que visem a integração de cooperativas ou associações de catadores(as) na gestão dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

No entanto, a maioria dos municípios não efetivou a PNRS, no que concerne ao encerramento dos lixões a céu aberto, não existindo dados sobre a efetivação da inclusão socioeconômica de catadores(as), mesmo passados cinco anos de promulgação da Lei.

Nesse sentido, a experiência de trabalho profissional aqui relatada buscou a realização de ações que visam a articulação com o poder público local para iniciativas exitosas no que tange a inclusão socioeconômica de catadores(as), tomando como base a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que exigiu um processo consistente, aprimorado e inovador para alcançar a sensibilização dos gestores(as) públicos(as) e a construção de ações que favoreçam a inclusão dos(as) catadores(as).

Frente à tal conjuntura, a equipe de assistentes sociais do CENTRAC, que executavam o projeto Cooperar para Melhor Coletar e a Vida Melhorar: apoio às condições de vida e trabalho de catadores(as) de materiais recicláveis dos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas/PB, convênio nº 782332/2013, adotou algumas estratégias com vistas a envolver os(as) gestores(as) públicos(as) em ações necessárias para inclusão socioeconômica de catadores(as), efetivando diversas ações neste sentido, como a realização de uma campanha de sensibilização da sociedade em geral

e dos(as) gestores(as) públicos(as), processos formativos envolvendo catadores(as) e gestores(as), reuniões de sensibilização com gestores(as) públicos(as), dentre outras experiências, sobre as quais nos debruçaremos a seguir.

Para que a condição de vida e trabalho dos(as) catadores(as) dos municípios passassem a ser visíveis para gestores(as) públicos(as) e sociedade em geral, inicialmente produzimos uma campanha de sensibilização de tais atores/atrizes. A Campanha denominada “Recicle seu preconceito e o transforme em respeito” foi composta por um Vt televisivo, um Spot, várias peças de Outbuss, Cartilha informativa e um Cartaz. As peças produzem um discurso de valorização do trabalho dos(as) catadores(as) e enfrentamento à invisibilidade e às formas de opressão/discriminação a que estão submetidos(as) nos territórios. O material da campanha contemplou duas estratégias: uma de caráter audiovisual e de longo alcance no estado, composto por VT e SPOT; e outra voltada para atender às necessidades pedagógicas que transpassam o tema, que foram contempladas através de uma cartilha informativa. O Vt e o Spot foram veiculados em rádios e Tvs de grande audiência no Estado da Paraíba. Já a cartilha foi voltada para abordagem dos aspectos necessários para a inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as), sendo disseminada nos serviços de políticas públicas, como unidades de saúde, Centros de Referência de Assistência Social, secretarias municipais, escolas, entre outros. Seu conteúdo dissemina informações sobre a coleta seletiva e o trabalho desenvolvido pelos(as) catadores(as), sensibilizando sobre as formas de inclusão socioeconômica destes(as).

A campanha foi lançada em três seminários, que tiveram como tema “Desafios para inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as) na política municipal de resíduos sólidos”, sendo um em cada município em que se executou o projeto, tendo a participação de 364 pessoas, entre catadores(as), gestores(as) públicos(as) municipais e sociedade em geral.

Os seminários foram importantes para promoção do debate local sobre a condição de vida e trabalho dos(as) catadores(as) e das necessárias políticas públicas para melhoria de tais condições, sob o enfoque da inclusão socioeconômica. Em alguns municípios, houve falas dos(as) gestores(as), que expressaram o quanto esta discussão estava ausente das prioridades de

políticas públicas dos municípios. Em Lagoa Seca, por exemplo, o prefeito da cidade mencionou, durante o seminário, nunca ter ouvido falar em catadores(as) no município e, ainda, que as ações realizadas no município estavam desvelando um universo novo para as políticas públicas locais. Falas como est, também latente nos(as) profissionais de serviços de saúde e assistência dos municípios, que, por sua vez, relatavam, antes do projeto, não pararem para perceber a existências dos(as) catadores(as) no território, e que estes(as) demandavam atenção em virtude dos riscos proporcionados pelo trabalho que realizavam (e realizam).

Outra ação que provocamos nos municípios foi a existência de momentos com os(as) gestores(as) públicos(as) (reuniões, mesas de debate, momentos pré-conferência de políticas públicas) para debater sobre a necessidade de ações que visassem melhoria das condições do trabalho dos(as) catadores(as), apresentando a conjuntura local encontrada pelo projeto. Nesse aspecto, aproveitamos também os momentos destinados à elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para tratar sobre a necessidade de os municípios contemplarem na legislação aspectos adequados à inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as). É importante salientarmos que, em alguns municípios, foram as ações do projeto que despertaram os(as) gestores(as) para a elaboração do PMGIRS e que as assistentes sociais foram responsáveis pelas elaborações dos Planos, compondo inclusive os Grupos de Sustentação destes.

Ademais, em todos os momentos de discussão dos Planos, bem como de qualquer outra iniciativa para constituição de ações para os(as) catadores(as), o CENTRAC promoveu momentos de interação dos(as) catadores(as) com as discussões propostas, através de reuniões e oficinas específicas sobre as temáticas em discussão, com vistas a promover a participação efetiva e o protagonismo dos(as) mesmos(as).

Outra ação que visou a sensibilização e envolvimento dos(as) gestores(as) para inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as), foi realizada através de um processo formativo. É importante destacarmos que entendemos que todos os momentos de interação da equipe do projeto como os(as) gestores(as) se constituíram em momentos de formação. Mas, além dos momentos de reuniões e oficinas temáticas, envolvemos os(as) gestores(as)

também nas oficinas formativas do projeto, que tiveram como tema central a gestão municipal dos resíduos sólidos e os aspectos a serem considerados para elaboração dos planos, programas e ações que considerem a inclusão socioeconômica de catadores(as) de materiais recicláveis na efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. As oficinas envolveram 30 gestores(as) dos três municípios de execução do projeto, envolvendo prefeitos, secretários(as), coordenadores(as) de Cadastro Únicos municipais, dentre outros(as).

As oficinas possibilitaram uma maior compreensão dos(as) gestores(as) públicos(as) sobre as obrigações decorrentes da PNRS para a inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as), o que, em alguns municípios, significou a mudança de prospecção das ações voltadas ao planejamento da gestão dos resíduos, abrindo possibilidades de construção de alternativas para a inclusão dos(as) catadores(as). Exemplo disso foi o município de Queimadas, no qual, após os(as) gestores(as) terem o entendimento sobre os aspectos da PNRS que obrigam a inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as), solicitaram apoio da equipe de execução do projeto para alteração do PMGIRS do município, que estava em construção à época, e também das ações que já vinham sendo desenvolvidas no município de atenção aos(as) catadores(as).

Dessa forma, compreendemos que o processo de formação de gestores(as) públicos(as) realizado foi imprescindível para a adoção de iniciativas concretas de políticas públicas municipais voltadas para a categoria em questão. Em Campina Grande-PB, após o processo de formação e sensibilização dos(as) gestores(as) e de um amplo processo de incidência da equipe do projeto nos momentos de elaboração do plano, este foi aprovado, contemplando os aspectos necessários à inclusão socioeconômica dos(as) catadores(as), desde a existência de diretrizes e metas que contemplam a obrigatoriedade do município referente à contratação dos serviços prestados pelos(as) catadores(as) até ações de beneficiamento dos empreendimentos existentes, conforme determina a PNRS. E ainda ações de reparo aos danos causados os(as) catadores(as) advindos(as) do antigo lixão do município, que, após o fechamento em 2012, as medidas tomadas foram irrisórias para proporcionar condições dignas de vida e trabalho.

Desse processo resultaram duas experiências expressivas e pioneiras no estado da Paraíba no que tange à inclusão social e econômica dos(as) catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis, considerando a PNRS e seus respectivos desdobramentos por meio dos PMGIRS, a do Projeto Recicla São João e do Programa Recicla Campina.

O projeto Recicla São João surgiu em 2017, enquanto uma iniciativa de promover a gestão integrada dos resíduos gerados nos 30 dias de festa realizados em Campina Grande durante os festejos juninos. Foi resultado dos diálogos realizados entre a equipe do projeto, catadores(as), Ministério Público e gestores(as) ligados(as) à Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente do município com objetivo de ser implementada as ações que compunham o PMGIRS.

O Recicla São João se constituiu como um marco da inclusão social e econômica dos(as) catadores(as) no estado da Paraíba. Por meio dessa iniciativa, pela primeira vez um município do estado realizou o pagamento dos serviços prestados pelos(as) catadores(as) de coleta e deu destinação adequada aos resíduos recicláveis. Participaram cerca de 40 catadores(as) e cada um recebeu um salário mínimo através de convênio realizado com uma das cooperativas do município.

Atualmente, o projeto está na terceira edição, foi ampliado e representa nacionalmente uma experiência exitosa de contratação dos(as) catadores(as) para realização do serviço de coleta seletiva, conforme orienta a PNRS.

É importante destacarmos que atualmente os(as) próprios(as) catadores(as) realizam todas as negociações com a prefeitura do município de Campina Grande para a produção do Recicla São João, desde a remuneração devida até às estratégias de realização do trabalho. Demonstram, assim, efetividade em relação aos aspectos críticos formativos, a que tiveram acesso durante as assessorias, e formação, a qual tiveram acesso durante o projeto, com valorização e incentivo ao seu protagonismo frente às discussões com gestores(as) públicos(as) e reconhecimento dos seus direitos.

A outra iniciativa se constitui na criação do Programa Recicla Campina. Também fomentado pelo debate crítico da equipe de execução do projeto entre os anos de 2013 a 2017. Tal programa se constitui numa experiência piloto de início da coleta seletiva permanente no município, com a participação dos

empreendimentos de catadores(as) existentes em Campina Grande. Vale considerar que essa discussão, fomentada durante o período de execução do Convênio antes mencionado, contribuiu ativamente nos momentos de construção de Termos de Referência e formato de Contrato que melhor se adequasse à realidade local, além de realizar momentos conjuntos com os(as) catadores(as) para estudos dos documentos elaborados, como forma de construir coletivamente o conhecimento acerca do processo em curso no município.

A intervenção profissional para garantia e efetivação dos direitos dos(as) catadores(as) pautada no projeto ético-político (PEP)

Reafirmar o caráter transformador da intervenção profissional de assistentes sociais para provocação de contextos de garantia de direitos e mudança das condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) historicamente explorados(as) e tidos(as) como abjetos da sociedade é um dever em uma conjuntura do capitalismo brasileiro contemporâneo de extrema violação de direitos e liberdades. No entanto, conforme nos lembra Martins (2015, p.178-179)

A propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente divisão hierarquizada do trabalho, somadas à subsunção do trabalho concreto ao trabalho abstrato e de ambos ao trabalho produtivo, servem-nos como elementos de análise para a compreensão da reificação das relações humanas, do mundo humano invertido pela natureza própria de um modo de produção já maduro. Compreendendo as conseqüências desse movimento, fica claro o limite da liberdade e da igualdade no capitalismo, ou melhor, sua essência. A colocação desses elementos no centro da questão da luta por direitos não ofusca essas lutas, desde que, se se almeja a uma igualdade substantiva, se se visa à emancipação humana, sejam todas essas manifestações combatidas como táticas de superação de um modo de produção em que o máximo de liberdade e igualdade que se pode alcançar é a liberdade e a igualdade presentes em seus próprios fundamentos: a igualdade das mercadorias e a liberdade do capital. Dessa forma, as reivindicações por direitos podem mostrar-se utópicas se desconsiderarem o atual estágio capitalista em que a perda de direitos faz-se necessária à reprodução ampliada de capital.

Compreendemos, assim, que uma atuação profissional pautada nos princípios do PEP busca o alcance da liberdade substantiva e da emancipação humana, considerando as indicações de lamamoto (2015, p.141):

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade.

Teimamos em reconhecer *a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo.*

Intimamente relacionada, encontra-se a *afirmação prático-política da democracia nas várias dimensões da vida em sociedade* no horizonte de aprofundamento dos princípios democráticos, como socialização da riqueza socialmente produzida, da política e da cultura. Envolve o *empenho na eliminação de todas as formas de preconceito*, afirmando-se o direito à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças (grifos da autora).

Assim sendo, é importante destacarmos que a experiência supra relatada teve como eixo principal a aproximação criteriosa da atuação profissional às condições de vida e de trabalho dos(as) catadores(as). Conforme afirma lamamoto (2015, p. 142), tal aproximação permite

Captar interesses e necessidades em suas diversas maneiras de explicitação, englobando formas diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza e à exclusão econômica, social e cultural. Formas de luta que passam por partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais organizados; mas que passam, também, por reivindicações em torno de melhorias parciais de vida, além do conjunto de expressões associativas e culturais que conformam o modo de viver e de pensar das classes e seus segmentos sociais.

Compreendemos, assim, que as estratégias e ações supramencionadas no relato de experiência coadunam-se com o sentido da prática profissional de buscar estratégias frente à realidade vivenciada pelos(as) catadores(as), no sentido de articulá-las com a totalidade da sociabilidade capitalista, fazer frente aos arranjos macroeconômicos e promover pequenas revoluções nas condições de vida e trabalho desses(as) trabalhadores.

É importante destacar que as incidências normativas legais ligadas ao contexto de trabalho profissional dessa experiência, no âmbito de um convênio público, composto por metas, etapas, planos de trabalho engessados. Nesse sentido, apresentou-se como uma preocupação constante da equipe técnica em reflexões sobre como dar efetividade ao nosso PEP nesse contexto. Além disso, a defesa interna institucional, sobre a necessidade de contratação de assistentes sociais para a equipe, pelo diferencial da sua formação acadêmica e suas vinculações ético-políticas, foi resultado de uma visão técnica que compreende o fazer profissional dos(as) assistentes sociais de forma singular. Para Guerra

(2016), tal realidade se configura um desafio contemporâneo ao fazer profissional e à diferenciação técnica dos(as) assistentes sociais:

A lógica tecnológica é uma ideologia. É próprio da sociedade burguesa racionalizar cada vez mais a divisão do trabalho, reduzindo as diferenças entre as profissões e assumindo sistemas que permitam cada vez mais administrar a sociedade por meio da chamada “administração racional”. A racionalidade formal-abstrata opera aí com perfeição! É formal, por se restringir a formas próprias de padronização atual das políticas sociais e à lógica dos sistemas; é abstrata porque retira das profissões seus conteúdos concretos, seu espaço na divisão sociotécnica do trabalho que responde a um conjunto de demandas socioprofissionais e políticas, fazendo tábua rasa da formação, do universo cultural de cada profissão, dos projetos profissionais e do projeto da sociedade de cada uma (p. 105).

Compreende-se então, que a defesa intransigente dos direitos dos(as) catadores(as); as estratégias formuladas para fazer frente aos interesses de empresas de reciclagem, atribuindo a esses trabalhadores(as) o direito ao domínio integral sobre seu processo de trabalho; os diálogos e pressões aos(às) gestores(as) públicos(as) municipais com vistas a executarem as políticas adequadas de gestão de resíduos sólidos com a devida inclusão dos(as) catadores(as); as provocações junto ao Ministério Público do Trabalho para concretizar seu papel de fiscalizador dos direitos dos(as) catadores(as); as formações com os(as) catadores(as), tendo como eixo central as reflexões críticas da conjuntura societária que permeiam seu trabalho; entre outras ações não detalhadas pelos limites desse texto, só foram possíveis pela vinculação ética-política das profissionais que estiveram promovendo a experiência.

Por fim, destaca-se, conforme lamamoto (2015), que a formação profissional é o eixo principal para que profissionais de serviço social consiga elaborar estratégias diferenciadas frente à realidade social, assim como é a formação que promove condições dos(as) profissionais discernirem sobre maneiras de concretizar o PEP. Salienta-se que as profissionais que compunham a equipe técnica da experiência relatada, desde a coordenação até as educadoras, tiveram uma formação profissional de qualidade no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nas palavras de lamamoto (2015, p.169):

Assim, pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, *para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto*

é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas públicas sociais como de sua implementação (grifos nossos).

Considerações finais

A experiência relatada demonstrou como o processo de trabalho profissional de assistentes sociais pautado na concretização do projeto ético-político pode favorecer a garantia de direitos em uma perspectiva de emancipação humana de sujeitos coletivo, como a categoria de catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis.

É importante que os(as) profissionais não percam de vista o sentido transformador do PEP, reconhecendo as possibilidades que se desvelam no real a partir da perspectiva crítica e do reconhecimento dos valores éticos-políticos desse projeto profissional.

Percebe-se, com a experiência relatada, que mesmo ainda não havendo a efetivação dos direitos dos(as) catadores(as) na maioria dos municípios brasileiros, é possível, a partir de investimentos públicos e uma atuação profissional pautada na efetivação do PEP da profissão, constituir estratégias para aumento da autonomia de trabalhadores(as), bem como provocar os(as) gestores(as) públicos(as) municipais para garantir as prerrogativas do PNRS para efetivação dos direitos da categoria.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. *In: Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica*. Valeria LucíliaForti, Yolanda Aparecida Demetrio Guerra (orgs). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. p.39-70.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. *In: Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro* / Ana Elizabete Mota, Angela Amaral (org.). São Paulo: Cortez, 2016. p. 83-110.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências** / Oscar JaraHolliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. ; 24 cm. Série Monitoramento e Avaliação.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IPEA. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional** / Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 562. p.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LEITE, Marcia de Paula; WIRTH, Ioli Gewehr; CHERFEM, Carolina Orquiza. Trabalho e Resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. *In: O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação* / Marcia de Paula Leite; Angela Maria Carneiro Araújo; Jacob Carlos Lima. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de Reciclagem de Lixo no Brasil: a autogestão da pobreza. *In: O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação* / Marcia de Paula Leite; Angela Maria Carneiro Araújo; Jacob Carlos Lima. São Paulo: Annablume, 2015.

MARTINS, Gabriel. Que parte de mim é que me guia? A essência e os limites da liberdade e da igualdade na sociedade capitalista. *In: Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica*. Valeria LucíliaForti, Yolanda Aparecida Demetrio Guerra (orgs). Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. p.153-180.